



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____. DE 2017

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a convocação do Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, para prestar esclarecimentos sobre as práticas de interferência, intimidação, censura e monitoramento, por parte do secretário da Receita Federal do Brasil, em detrimento das atividades desenvolvidas pelos auditores fiscais voltadas ao combate a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1º, do Regimento Interno, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação do Exmo. Sr. **HENRIQUE MEIRELLES** - Ministro de Estado da Fazenda, para comparecer a esta Comissão, em data previamente agendada pelo presidente do Colegiado, a fim de prestar esclarecimentos sobre as práticas de interferência, intimidação, censura e monitoramento, por parte do secretário da Receita Federal do Brasil, em detrimento das atividades desenvolvidas pelos auditores fiscais voltadas ao combate a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

JUSTIFICAÇÃO

Em 22 de maio de 2017, o presidente da Unafisco - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Kleber Cabral, concedeu entrevista ao jornal *El País*. A matéria denunciou e chamou a atenção para a existência de uma lista das chamadas pessoas politicamente expostas (PPE), e de um sistema criado pela Receita Federal do Brasil que aciona Delegados, Superintendentes e até o gabinete do Secretário, nos casos em que o Auditor Fiscal tem acesso aos dados de alguma das pessoas da referida lista, que é chamada pela reportagem de Lista VIP.

A nomeada lista foi criada no âmbito da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), em razão de tratados internacionais, para garantir uma maior vigilância sobre tais pessoas, que em geral são detentoras de cargos eletivos (deputados, senadores), nomeadas (ministros, secretários, presidentes e diretores de estatais) ou concursadas (juízes e procuradores). Pela posição estratégica que ocupam na esfera do Estado, tornam-se potencialmente mais propícios ao cometimento de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a reportagem, a Receita Federal estaria utilizando essa lista, organizada pelo COAF, para alimentar o chamado Sistema Alerta

Por ter concedido a referida entrevista, o presidente da Unafisco Nacional, Kleber Cabral, recebeu notificação do Secretário da RFB, que enviou, no dia 8 de junho de 2017, ofício com interpelação e pedido formal de explicações sobre o conteúdo discutido na entrevista. Em 14 de junho de 2017, Cabral recebeu em sua residência um Sedex com notificação da Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (Ceps-RFB), comunicando a instauração de Processo de Apuração Ética, sob a justificativa de ter afrontado a lealdade à instituição, bem como desrespeitado a imagem da RFB e à reputação de seus agentes.

Consideramos demasiadamente grave tal postura adotada por parte do presidente da RFB, pois denotam clara intimidação, interferência e mesmo censura ao exercício do múnus constitucional atribuído à figura do Auditor Fiscal.

Face ao disposto, salientamos que se faz necessário o comparecimento do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles perante esta Comissão, para que o mesmo esclareça os fatos em tela, e ainda para que sejam aprofundadas as discussões sobre a conduta adotada pela RFB em relação às Pessoas Politicamente Expostas.

Sala da Comissão, em ____ de _____ de 2017.

Dep. Erika Kokay PT/DF

Dep. Bohn Gass PT/RS

Dep. Leonardo Monteiro PT/MG

Dep. Marcon PT/RS

Dep. Nelson Pellegrino PT/BA

Robinson Almeida PT/BA

Dep. Ságuas Moraes PT/MT

Dep. Vicentinho PT/SP